

AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS POR CONVITE

AVISO N.º CENTRO 14-2016-14

PI 6.3

PROMOÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL UNESCO

02 DE DEZEMBRO DE 2016

Índice

Preâmbulo.....	3
1. Objetivos e prioridades de investimento visadas	4
2. Tipologia das operações	4
3. Entidades beneficiárias	5
4. Área geográfica de aplicação	5
5. Condições específicas de acesso deste Aviso	5
6. Regras e limites à elegibilidade de despesas	6
7. Metodologia e Critérios de seleção das candidaturas	7
8. Limite ao número de candidaturas	9
9. Taxas de financiamento das despesas elegíveis	9
10. Forma e limites dos apoios	9
11. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas.....	9
12. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas	10
13. Aceitação da decisão	10
14. Dotação indicativa do fundo a conceder.....	11
15. Identificação dos indicadores de resultado a alcançar	11
16. Programas Operacionais Financiadores	11
17. Organismos Intermédios responsáveis pela análise	11
18. Divulgação de resultados e pontos de contacto	11
Anexo A - Estrutura Indicativa do Programa de Ação	13
Anexo B - Metodologia e critérios de seleção das candidaturas.....	14
Anexo C - Diagrama dos procedimentos de análise e decisão das candidaturas	16

Preâmbulo

Tendo em vista os compromissos assumidos por Portugal ao nível europeu, em matéria de património natural e cultural, para o período 2014-2020 (nomeadamente através do aumento do número de visitantes, associado a um aumento do número de turistas e da sua estadia média), bem como o objetivo da Região Centro em posicionar-se como destino turístico de excelência, é pretensão do Programa CENTRO 2020 contribuir para a preservação dos valores naturais e culturais, por via da sua promoção e da sua valorização turística, enquanto fatores de competitividade no modelo regional de desenvolvimento económico, apoiando iniciativas que visem:

- Incrementar o turismo cultural;
- Criar emprego e riqueza, valorizando os equipamentos associados ao património;
- Alargar os potenciais beneficiários e a captação de fluxos turísticos, dinamizando os espaços culturais existentes através de uma programação em rede.

No sentido de dar coerência e reforçar o impacto das ações de promoção turística, a Autoridade de Gestão do CENTRO 2020 aprovou uma proposta de alinhamento das opções estratégicas do Turismo Centro de Portugal com as prioridades de investimento previstas no Programa Operacional Regional. Apostar na valorização turística dos recursos culturais, históricos e patrimoniais da região, em particular dos que fazem parte da lista património mundial da UNESCO é uma dessas opções estratégicas, que se traduz, em termos operacionais, na proposta de criação de um produto turístico integrado associado aos Lugares Património Mundial do Centro.

Assim, nos termos do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015 de 06 de outubro, e do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, doravante designado por RESEUR, publicado através da Secção 17 da Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, alterada pelas Portarias n.º 404-A/2015, de 18 de novembro, e n.º 238/2016, de 31 de agosto, que estipula que as candidaturas podem ser apresentadas no âmbito de um procedimento de concurso ou por convite, cujos Avisos são divulgados através do Portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), foi elaborado o presente Aviso para apresentação de candidaturas por Convite nos termos do previsto no artigo 4.º e n.º 6 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

1. Objetivos e prioridades de investimento visadas

O objetivo específico deste Convite consiste em conceder apoios financeiros a ações que visem promover e dinamizar o Património Mundial da UNESCO na Região Centro (Convento de Cristo em Tomar, Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro da Batalha e Universidade de Coimbra - Alta e Sofia), enquanto instrumento de diferenciação e competitividade dos territórios, designadamente enquanto referências regionais de excelência que alavanquem a animação e a efetiva qualificação da oferta turística que os integra (Prioridade de Investimento (PI) 6.3/6c).

Pretende-se assim reforçar a notoriedade nacional e internacional da Região e a sua dinamização económica, por via da difusão e comercialização da oferta turística associada aos elementos patrimoniais nela sedeados que integram a lista de Património da Humanidade da UNESCO, tornando-a num destino turístico de excelência, com vista à diminuição de assimetrias e ao aumento da coesão territorial. Neste contexto, é dada primordial relevância à criação de um produto turístico integrado de valorização e animação do património objeto de intervenção, com recurso a processos de produção artística em rede que envolvam agentes culturais regionais, nacionais e internacionais, bem como de criação de novos públicos, com a participação do sistema empresarial, educacional e científico, e de práticas de aproximação aos fatores identitários, pelo envolvimento das comunidades locais.

De acordo com as tipologias de operações definidas no artigo 114.º do RESEUR, e tendo em conta o âmbito do presente Convite, será adotada a designação abreviada de “Promoção do Património Cultural UNESCO”.

2. Tipologia das operações

São suscetíveis de apoio, no âmbito do presente Convite, operações de promoção e animação com enquadramento nas seguintes tipologias previstas no artigo 114.º da Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro:

- a) Inventariação, divulgação e animação do património e da rede de equipamentos culturais;
- b) Promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;
- c) Apoio à realização de eventos associados ao património, à cultura e a bens culturais, com elevado impacto em termos de projeção da imagem da região, através da programação em rede a nível intermunicipal e ou regional sempre que adequado;

- d) Divulgação e integração territorial, através de iniciativas de cooperação territorial e institucional que permitam integrar a programação cultural, as visitas guiadas e a divulgação de equipamentos, bens culturais e serviços prestados.

3. Entidades beneficiárias

Tendo por base o disposto no artigo 115º do RESEUR, são beneficiárias do presente Convite as seguintes entidades:

- a) A Entidade Regional de Turismo do Centro;
- b) Os Municípios de Alcobaça, Batalha, Coimbra e Tomar;
- c) A Universidade de Coimbra;
- d) A Direção Geral do Património Cultural e a Direção Regional de Cultura do Centro.

Nos termos do nº 2, do artigo 115º do RESEUR, a candidatura ao presente Convite deve ser apresentada em parceria, na qual a Entidade Regional de Turismo do Centro deve ser designada como a entidade líder que assumirá perante a Autoridade de Gestão a função de coordenador técnico e de interlocutor.

4. Área geográfica de aplicação

O presente convite tem aplicação na NUT II da Região Centro de Portugal, definida de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de novembro.

5. Condições específicas de acesso deste Aviso

1. Para além dos critérios específicos de elegibilidade do beneficiário e dos projetos, previstos nos artigos 12.º a 15.º, e 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e nos artigos 5º, 6º e 116º do RESEUR, no âmbito do presente Convite serão apoiadas intervenções que apresentem potencial de captação de fluxos turísticos e que demonstrem:
 - 1.1. Enquadramento em programa ou plano territorial ou noutro documento estratégico de enquadramento da área do turismo de carácter sectorial ou regional, nomeadamente no Plano Regional de Turismo e no Plano de Marketing do Turismo do Centro de Portugal;
 - 1.2. Cumprir as normas técnicas e regulamentares aplicáveis às operações e à tipologia de ações previstas;

- 1.3. Estar assegurada a sustentabilidade técnica, económica e financeira adequada à sua dimensão e complexidade;
- 1.4. Apresentar declaração de cumprimento dos critérios de elegibilidade do beneficiário, estipulados no artigo 13º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015 de 06 de outubro), e da inexistência de impedimentos e condicionamentos estipulados no artigo 14.º do mesmo diploma legal;
- 1.5. Apresentar certificado da Direção de Serviços do IVA, comprovativo do enquadramento do beneficiário e da atividade a desenvolver resultante da implementação da operação, em termos de regime de dedução do IVA suportado com as despesas previstas na operação, caso o IVA não seja dedutível;
- 1.6. Dispor de Programa de Ação e respetivo orçamento para um período mínimo de 2 anos de programação, devidamente instruído conforme **ANEXO A**.
2. Considera-se como condição específica de acesso a apresentação da descrição das ações acompanhada da respetiva estimativa orçamental, as quais deverão integrar o Programa de Ação referido no ponto anterior.
3. No caso dos espetáculos de natureza artística, o seu funcionamento depende de comunicação prévia à IGAC, devidamente instruída de acordo com disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de fevereiro, bem como deverão, nos termos do artigo 3.º daquele diploma, as respetivas entidades promotoras deter registo válido, independentemente do local onde aqueles sejam promovidos, salvo dispensas decorrentes da referida regulamentação.
4. A candidatura, constituída em parceria nos termos do número 3 deste Aviso, deve ainda obedecer às seguintes condições:
 - 4.1. Envolver os quatro concelhos;
 - 4.2. Ser apresentado o protocolo de parceria entre o líder e os parceiros em concordância com o Programa de Ação.

6. Regras e limites à elegibilidade de despesas

1. Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e no artigo 7.º e 117.º do RESEUR, e tendo presente que este Convite se destina exclusivamente a ações com enquadramento na estratégia definida pela Entidade Regional de Turismo do Centro, no âmbito da promoção e

comunicação turística da Região, especificam-se, nos termos do n.º 11 do artigo 15.º já referido, como elegíveis as seguintes tipologias de despesa:

- a) Aquisição de serviços especializados indispensáveis à criação de novos conteúdos culturais e pedagógicos associados ao Património da UNESCO;
- b) Despesas relacionadas com a realização de programação cultural intermunicipal orientada para o envolvimento de atores, agentes turísticos, artistas e dos media, com potencial de captação de fluxos turísticos, desde que estabelecidas contratualmente;
- c) Despesas de divulgação e publicidade, incluindo assessorias específicas de imprensa e comunicação, desde que associadas especificamente à promoção do projeto, e desde que devidamente justificadas pelo tipo de público que se pretende captar;
- d) Despesas ligadas às atividades de promoção e qualificação da oferta de serviços turísticos de excelência associados aos elementos patrimoniais e aos produtos locais;
- e) Despesas de organização de eventos culturais em rede, de animação dos elementos Património da UNESCO.

2. Não serão elegíveis:

- a) Despesas de funcionamento ou de manutenção ligadas a infraestruturas ou equipamentos;
- b) Despesas relacionadas com a proteção, valorização e conservação do património histórico e cultural;
- c) Não serão financiadas ações já contempladas em contratos celebrados com organismos do Ministério da Cultura, por via de apoio direto ou indireto a alguma das entidades parceiras;
- d) Não serão financiados eventos desportivos.

3. No caso de projetos geradores de receita, a despesa elegível de uma operação com custo total igual ou superior a 1 milhão de euros, é reduzida antecipadamente, tendo em conta o potencial da operação para gerar receita líquida ao longo de um determinado período de referência, que abrange tanto a execução da operação como o período após a sua conclusão, nos termos do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

7. Metodologia e Critérios de seleção das candidaturas

As candidaturas a fundos comunitários são avaliadas com base no seu mérito, tal como definido no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e no artigo 9.º do RESEUR,

devendo traduzir o alinhamento com os resultados que se pretende atingir no âmbito do objetivo específico do Programa em que se insere a operação.

O indicador absoluto de Mérito do Projeto (MP) resulta da soma ponderada dos critérios de seleção (sendo o resultado arredondado a duas casas decimais), segundo uma metodologia de cálculo previamente aprovada pelo Comité de Acompanhamento do CENTRO 2020, conforme descrito no **ANEXO B**.

O indicador de MP é calculado com base na seguinte fórmula:

$$MP = 0,15*a + 0,15*b + 0,15*c + 0,25*d + 0,20*e + 0,10*f$$

Em que:

a = Contributo para os indicadores de resultado definidos para a PI no PO

b = Impacto na dinamização da procura de bens naturais/culturais e na captação de fluxos turísticos

c = Contributo para os objetivos previstos nos documentos estratégicos da política territorial (nacional ou regional ou local) e setorial relevantes

d = Qualidade geral da operação

e = Existência, adequação e capacidade de parcerias estabelecidas com vista à realização da operação

f = Contributo para a criação de novos públicos

A valoração dos critérios de seleção é atribuída numa escala compreendida entre 1 a 5.

Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação de 1.

Para efeitos de seleção consideram-se elegíveis os projetos que obtenham uma pontuação de mérito absoluto final (MP) igual ou superior a 3.

Conjuntamente com o presente Aviso é disponibilizado o documento de Referencial de Análise de Mérito do Projeto.

8. Limite ao número de candidaturas

O presente Convite refere-se a uma candidatura.

9. Taxas de financiamento das despesas elegíveis

A taxa máxima de financiamento é de 85%.

O apoio a atividades de animação ou eventos, quando realizados de forma continuada, estará limitada a três anos e com intensidade degressiva do financiamento (investimento elegível no 2º ano igual a 90% do primeiro e no 3º ano igual a 80% do primeiro).

10. Forma e limites dos apoios

Os apoios a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Convite assumem a forma de subvenções não reembolsáveis, nos termos do artigo 118.º do RESEUR.

11. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>).

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

O prazo para apresentação de candidaturas decorre entre o dia útil seguinte à data da publicação do presente aviso e as 18:00 horas do dia 16/01/2017.

A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário no Balcão 2020.

12. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

A candidatura é analisada e selecionada de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos neste Aviso.

A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir à candidatura é proferida pela Autoridade de Gestão (AG), de acordo com o seguinte plano para apresentação da candidatura, respetiva análise e comunicação da decisão aos beneficiários:

Fase de apresentação de candidaturas	Data Limite para a Comunicação da Decisão (*)
De 02/12/2016 a 16/01/2017	05/06/2017

(*) Esta data contempla a suspensão do prazo para a apresentação de esclarecimentos, informações ou documentos solicitados e/ou resposta no âmbito do processo de audiência prévia de interessados (admissibilidade/análise técnico-financeira).

O prazo de decisão, de 60 dias úteis, suspende-se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados significará a desistência da candidatura.

Na fase de notificação da proposta de decisão, o candidato poderá ainda ser ouvido no procedimento de audiência prévia, nos termos legais (CPA), sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da receção da referida notificação.

No **ANEXO C** apresenta-se o diagrama ilustrativo sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas.

13. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do cofinanciamento é feita mediante a assinatura do termo de aceitação ou contrato a qual é submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação ou contrato no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato.

14. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação do cofinanciamento FEDER a atribuir à totalidade das operações a selecionar no âmbito do Convite abrangido pelo presente Convite é de 2.000.000 euros (dois milhões de euros).

15. Identificação dos indicadores de resultado a alcançar

Os critérios de seleção a. “Contributo para os indicadores de resultado definidos para a PI no PO” e b. “Impacto na dinamização da procura de bens naturais/culturais e na captação de fluxos turísticos” contribuem para o alinhamento do projeto com os resultados do PO.

Prosseguindo essa orientação para resultados, são objeto de contratualização e monitorização, para as candidaturas a apoiar no âmbito do presente Aviso, os seguintes indicadores de realização e de resultado:

1. Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e atrações apoiados
2. Espectadores (animação cultural)

O resultado da operação será objeto de contratualização com a entidade beneficiária tendo em conta a natureza da intervenção, ajustando-se a utilização dos indicadores acima propostos.

16. Programas Operacionais Financiadores

O financiamento do projeto de investimento no âmbito deste Convite é assegurado pela AG do Programa Operacional Regional do Centro.

17. Organismos Intermédios responsáveis pela análise

Não aplicável.

18. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) os candidatos têm acesso a:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;

- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) Pontos de contato para obter informações adicionais;
- d) Resultados deste concurso.

Coimbra, 02 de Dezembro de 2016

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa
Operacional Regional do Centro

Ana Abrunhosa

Anexo A - Estrutura Indicativa do Programa de Ação

O Programa de Ação é uma das peças da candidatura, devendo ser enviado como documento anexo ao formulário de candidatura. O Programa de Ação deverá conter os seguintes conteúdos:

- a. Uma Memória Descritiva;
- b. Quadro com lista das iniciativas com cronograma (por ano) de execução financeira (Quadro 1 - do ficheiro “Anexo_Iniciativas_e_FichaIndividual”);
- c. Ficha individual de descrição das iniciativas (Quadro 2 - do ficheiro “Anexo_Iniciativas_e_FichaIndividual”);
- d. Quadros com detalhe orçamental global (Quadros I e II - Ficheiro “Anexo_Quadro_Generico_e_Desocacões”);
- e. Anexo_Igualdade de Oportunidades e da não discriminação_CENTRO;
- f. Anexo_Declaracao Compromisso Beneficiário;
- g. Anexo_Declaracao Compromisso_TOC_ROC_ResponsavelFinanceiro;
- h. Anexo_Defice_financiamento;
- i. Anexo_Regras Ambientais_CENTRO.

A Memória Descritiva (máximo 15 páginas) da operação deverá incluir os seguintes aspetos:

- a. Descrição sucinta dos objetivos a atingir com a operação candidata, que concorrem para a prossecução das opções estratégicas do Turismo Centro de Portugal com as prioridades de investimento previstas no Programa Operacional Regional;
- b. Descrição e caracterização sumária das ações a realizar no âmbito da operação, evidenciando o seu enquadramento nas tipologias de despesas elegíveis no presente Aviso de Concurso;
- c. Apresentação de informação clara e objetiva sobre os indicadores de realização e de resultado da operação, permitindo avaliar o contributo da operação para os respetivos objetivos, bem como monitorizar o grau de execução da operação e o cumprimento dos resultados previstos;

Apresentação de informação clara e objetiva relativa ao contributo da operação para cada um dos critérios de seleção definidos no presente Aviso de Concurso.

Segue em anexo um “Guia de ajuda ao preenchimento da Memória Descritiva e Justificativa”.

Anexo B - Metodologia e critérios de seleção das candidaturas

As candidaturas são avaliadas com base no seu mérito, sendo que esta avaliação é feita por aplicação da metodologia e dos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa Operacional “Centro 2020”.

Para a tipologia de intervenção foram identificados os critérios de seleção a aplicar, em função da sua adequação ao que se pretende avaliar.

Os critérios de seleção serão alinhados de acordo com os seguintes princípios gerais:

Categoria	Descrição
A. Eficácia	Mede, sempre que possível, o contributo da operação para as metas dos indicadores definidos para a Prioridade de Investimento e Objetivo(s) Específico(s) onde a operação se insere e/ou para outros resultados a que se propõe.
B. Adequação à Estratégia	Nos casos aplicáveis, mede o contributo da operação para as estratégias da política territorial (nacional, regional ou local) e setorial relevantes.
C. Eficiência e Sustentabilidade	Avalia a operação na perspetiva da racionalidade na alocação dos recursos financeiros disponíveis, privilegiando investimentos em áreas deficitárias e avaliando a oportunidade da sua realização, em relação à implementação de medidas que assegurem a sua sustentabilidade (temporal, ambiental, económica, financeira).
D. Abordagem Integrada	Nos casos aplicáveis, avalia a operação na perspetiva do seu efeito de articulação, quer no que respeita às complementaridades com outras ações já financiadas por instrumentos/programas nacionais e comunitários, introduzindo um fator de escala e de ampliação de efeitos dessas ações, às parcerias com terceiros que promovam sinergias, quer ainda à abrangência territorial que potencie os efeitos da operação.

Para cada uma das categorias foram definidos os seguintes critérios de seleção:

Categoria	CrITÉRIOS de seleção	Valoração		Ponderação
A	a. Contributo para os indicadores de resultado definidos para a PI no PO	Muito Elevado	5	15% - 25%
		Elevado	4	
		Médio	3	
		Reduzido	2	
		Muito reduzido	1	
A	b. Impacto na dinamização da procura de bens naturais/culturais e na captação de fluxos turísticos	Muito Elevado	5	10% - 20%
		Elevado	4	
		Médio	3	
		Reduzido	2	
		Muito reduzido	1	

Categoria	CrITÉRIOS de seleÇÃO	ValoraÇÃO		PonderaÇÃO
B	c. Contributo para os objetivos previstos nos documentos estratégicos da política territorial (nacional ou regional ou local) e setorial relevantes	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido	5 4 3 2 1	10% - 20%
C	d. Qualidade geral da operação, avaliada através: d.1) Fundamentação e pertinência dos objetivos a atingir; d.2) Coerência e razoabilidade da estrutura de custos; d.3) Carácter inovador das soluções propostas, nomeadamente no âmbito da sustentabilidade; d.4) Dimensão do(s) evento(s) - no caso de eventos culturais.	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido	5 4 3 2 1	20% - 30%
D	e. Existência, adequação e capacidade de parcerias estabelecidas com vista à realização da operação	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido	5 4 3 2 1	10% - 20%
D	f. Contributo para a criação de novos públicos	Muito Elevado Elevado Médio Reduzido Muito reduzido	5 4 3 2 1	5% - 10%

Anexo C - Diagrama dos procedimentos de análise e decisão das candidaturas

